

NOTAS SOBRE O CONCEITO DE CONSCICÊNCIA EM SARTRE.

FRANCISCO RÔMULO MONTE FERREIRA

(NEC IP/USP) E-mail: fromulo@usp.br

Resumo: O objetivo do presente texto é examinar a construção do conceito de consciência na obra de Jean-Paul Sartre (1905-1980). Partiremos da definição fenomenológica de consciência inaugurada por Edmund G. A. Husserl (1859-1938), bem como, a definição de consciência irrefletida e consciência reflexionante proposta por Sartre, no intuito de demonstrar o caminho percorrido pelo filósofo francês na constituição da noção de consciência mostrando que não há necessidade de um Eu na estrutura da atividade da consciência de segundo grau. Incluímos em nossa análise a caracterização de dubitabilidade dos estados, ações e qualidades, e conseqüentemente, a dubitabilidade do ego transcendente e uma nova resignificação para o cogito cartesiano.

Palavras-chave: cogito; consciência; ego transcendental.

Abstract: The aim of this paper is to examine the construction of the concept of consciousness in the work of Jean-Paul Sartre (1905-1980). We leave the definition of phenomenological consciousness inaugurated by Edmund G. A. Husserl (1859-1938), as well as the definition of thoughtless awareness and reflective consciousness proposed by Sartre, in order to demonstrate the path taken by the french philosopher in the constitution of the concept of consciousness showing no need for an I in the structure of activity Awareness of the second degree. We include in our analysis to characterize dubitative of states, actions and qualities, and consequently the dubitative transcendental ego and a new reframing to the Cartesian cogito.

Key-words: cogitate; conscience; transcendental ego.

Introdução: Consciência enquanto intencionalidade

No apêndice das *Investigações Lógicas (sexta investigação)*, Husserl avalia a percepção externa e percepção interna na concepção tradicional, em particular a apresentada por Franz Brentano (1838-1917) na diferenciação entre os fenômenos físicos e os fenômenos psíquicos e temos, segundo Husserl, a convergência tanto dos fenômenos físicos quanto

dos fenômenos psíquicos como pura atividade da consciência. Consciência enquanto intencionalidade, sempre visando o objeto (Husserl, 1980). A concepção de consciência em Husserl se opõe à defendida pelo psicologismo do final do século XIX, que vê a consciência como uma região, no sentido espacial, que seria impressionada pelos sentidos na relação com as coisas. A consciência intencional não atribui esse caráter estático à consciência e sim pura atividade, dirigir-se a, estabelece-se uma relação visado-apreendido, sempre da consciência para o objeto. Partiremos dessa definição de consciência para entendermos os movimentos do ensaio *A Transcendência do Ego* e como Sartre parte da definição de consciência para chegar a uma definição de Ego transcendente, resignificando o cogito cartesiano.

Consciência irrefletida e consciência reflexionante.

Sartre aponta, já na primeira parte do ensaio, que a consciência enquanto intencionalidade na relação posto-apreendido com o objeto é consciência do objeto e consciência de ser consciente do objeto. O que não significa que a consciência se divida em duas. A consciência simplesmente é consciência de algo e consciência de si ao mesmo tempo.

Podemos tentar entender melhor com um exemplo: quando contamos, por exemplo, o número de cédulas que possuímos no bolso e vemos ter R\$ 10,00 em cédulas de R\$ 1,00, ao efetuarmos a adição e obtermos o valor de R\$ 10,00, temos no ato da soma a unidade das consciências de cada atividade de consciência na contagem. Quando contamos cada cédula temos consciência de cada cédula, mas também temos consciência de contar cada cédula, sem, no entanto, que fiquemos a questionar a própria contagem. O resultado da soma $1+1+1...=10$ é exatamente a unificação dessas consciências de contar que nos remete ao resultado R\$ 10,00. Se ao contar tivéssemos consciência de cada nota e não tivéssemos consciência de contar, cada consciência particular se esgotaria nela mesma sem que pudéssemos unificar esses atos de consciência na soma. Teríamos uma consciência inconsciente de contar, algo incoerente na própria definição de consciência em Sartre.

Com o exemplo da adição das cédulas, temos que a consciência é consciência de algo e é ao mesmo tempo consciência de ser consciente de algo, em uma relação posto-suposto, de maneira clara, imediata, translúcida a si mesma. A consciência não se põe como tema, para isso seria necessário uma outra consciência (consciência reflexionante ou

consciência de segundo grau), ela não se posiciona como acontece com o objeto, logo, a consciência é nesse nível não posicional. Sartre a chama de consciência irrefletida ou consciência do primeiro grau.

Com efeito, a existência da consciência é um absoluto porque a consciência está consciente dela mesma. Isto quer dizer que o tipo de existência da consciência é de ser consciência de si. E ela toma consciência de si enquanto ela é consciência de um objeto transcendente. Tudo é, portanto, claro e lúcido na consciência: O objeto está face a ela com a sua opacidade característica, mas ela, ela é pura e simplesmente consciência de ser consciência desse objeto, é a lei de sua existência. (Sartre, 1994, p. 48).

Ao que Sartre chama de consciência de primeiro grau ou irrefletida, poderíamos enunciar a seguinte questão: Há um eu, de tal maneira, que crie a necessidade de sua presentificação na estrutura da consciência irrefletida? Sartre responde negativamente à questão, já que o eu está para além da consciência.

Vejamos o esquema 1.1 indicando a relação visado-apreendido, onde não há a necessidade de um eu na estrutura da consciência irrefletida.

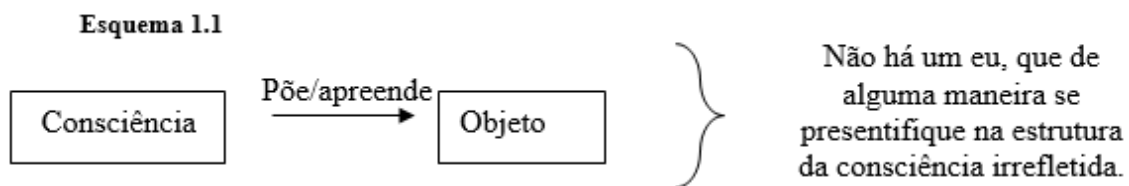


Figura 18: Consciência de primeiro grau.

O Cogito como consciência reflexiva.

Sartre se dirige à demonstração da existência ou não do eu na atividade da consciência de segundo grau ou consciência reflexionante. Sartre inicia o exame mostrando que o cogito cartesiano pressupõe um eu.

“Ora é inegável que o cogito é pessoal. No “Eu penso” há um eu que pensa.” (Sartre, 1994, p. 49).

Seguiremos o movimento do texto e partiremos da definição de consciência irrefletida para entendermos como a consciência de segundo grau “repete” a estrutura da consciência de primeiro grau, mas devemos inicialmente entender a diferença entre as atividades de uma consciência de primeiro grau e de segundo grau.

Vimos no início que a consciência de algo e consciência de ser consciente (consciência de si) estabelecem a maneira estrutural pelo qual se configura a consciência

irrefletida ou consciência de primeiro grau, agora se nos apoiarmos nos dizeres de Sartre, podemos entender como se dá o salto da consciência irrefletida para a consciência reflexionante.

(...) quero lembrar-me de tal paisagem vista ontem no comboio, é-me possível fazer voltar a recordação dessa paisagem enquanto tal, mas posso também recordar que eu via essa paisagem. (Sartre, 1994, p. 50).

Na possibilidade de recordação da paisagem, temos a paisagem sendo posta, já na recordação da pessoa vendo a paisagem, temos aqui uma consciência pondo outra consciência (a consciência de ver a paisagem). A consciência pondo outra consciência como o faz com o objeto somente é possível em uma atividade de consciência de segundo grau ou reflexionante. Sartre apresenta aqui uma nova maneira de entendermos o cogito cartesiano, ou seja, uma consciência que se dirige a outra consciência. A relação entre a consciência reflexionante e a consciência refletida (nesse momento aparece como objeto) se dá de tal maneira que uma não existe sem a outra, já que uma consciência é reflexionante exatamente quando põe outra consciência na mesma relação posto-apreendido visto anteriormente na consciência de primeiro grau. Não significa dizer que a consciência refletida, e que já foi irrefletida, permaneça inalterada, ao contrário, a atividade da consciência de segundo grau altera de imediato a consciência refletida. Procuremos entender melhor essa atividade da consciência reflexionante ou de segundo grau.

Quando uma consciência se dirige a outra consciência, Sartre chama a primeira de consciência reflexionante ou consciência de segundo grau e a consciência refletida aparece agora como objeto, e essa consciência (objeto) que na estrutura de primeiro grau era translúcida a si, no momento em que é posta, ou seja, no momento em que se torna tema de outra consciência, a própria atividade que a coloca a modifica, tornando-a opaca. Devemos tomar o seguinte cuidado: a consciência reflexionante não se põe a si mesma. Ela permanece, assim como na consciência irrefletida, consciência de algo e consciência de ser consciente. Na atividade da consciência de segundo grau a consciência é consciência da consciência refletida (objeto) e é consciência de ser consciência dessa outra consciência, ou seja, é não-posicional, não se coloca como tema.

Por isso Sartre afirma:

(...) a consciência que diz “Eu penso” não é precisamente aquela que pensa. Ou antes, não é o seu pensamento que ela põe através deste ato tético. Temos, portanto, razões para perguntar se o Eu que pensa é comum as duas consciências sobrepostas ou se ele é antes o da consciência refletida... (Sartre, 1994, p. 50-51).

A consciência reflexionante não se põe como tema, ou seja, salvaguarda sua condição de existência, para tal seria necessário uma outra consciência, configurando uma atividade gerada por uma consciência de terceiro grau.

Toda consciência é ao mesmo tempo consciência de algo e consciência de si, logo, uma consciência reflexionante não exige uma outra consciência para ser consciente de si mesma, não visando a si como o faz com o objeto. É importante lembrarmos também que Sartre não se propõe nesse momento a negar a existência do Eu, ao contrário, veremos mais à frente em nossa análise a constituição do ego como uma espécie de unidade de objetos transcendentais. O que Sartre tenta nos mostrar é que o Eu não se faz necessário na estrutura da consciência irrefletida e como a consciência reflexionante reproduz a dinâmica da consciência irrefletida, podemos afirmar que o Eu também não se presentifica¹ na atividade da consciência reflexionante.

Retomemos Sartre:

Mas não seria precisamente o ato reflexivo que faria nascer o Eu [moi]² na consciência refletida? (Sartre, 1994, p. 51).

O questionamento acima proposto por Sartre sugere, em um primeiro momento, que o Eu poderia ser responsável por gerar a atividade reflexiva de uma consciência em direção a outra.

Como resolver tal questão? Sartre prefere não fazer uso de exemplos com as ações, já que na segunda parte de seu livro as ações configurar-se-ão como uma espécie de unidade de outras consciências, ou seja, estaria para além da atividade da consciência, dificultando assim a análise nesse momento.

Sartre resgata uma consciência irrefletida qualquer, pressupondo que para cada consciência irrefletida resgatada temos nos dizeres do próprio autor, “... uma certa espessura de consciência irrefletida...” Essa consciência irrefletida põe o objeto e se relaciona com o mesmo por meio da percepção³.

¹ No sentido de presença necessária.

² Sartre distingue entre Je (pólo dos atos) e Moi (pólo dos estados). Na obra traduzida por Pedro M. S. Alves examinada aqui a diferença aparece para Moi representado entre parênteses retos.

³ Há também a atividade de uma consciência imaginante, mas nos manteremos no exame da consciência por meio da percepção para não nos desviarmos de nossa proposta inicial. Para maiores detalhes ver (Sartre, 2008; Moutinho, 1995).

Quando dirijo minha atividade de consciência ao objeto resgatado não estou refletindo sobre a consciência irrefletida que tomou o objeto anteriormente, mas de maneira indissociável a percorro inventariando seu “conteúdo”. Quando Sartre fala em lembrança não-tética, entendamos como o resgate da consciência reflexionante na estrutura da consciência originária. Há nesse salto uma mudança radical que o autor aponta. Tomemos o exemplo da paisagem no comboio. Sartre diria ser impossível modificar ou definir a estrutura originária por meio da consciência refletida, pois esta sofreu uma mudança radical quando posta por outra consciência (reflexionante).

Vejamos melhor esse salto por meio de outro exemplo:

Quando tomo consciência da mesa sobre a qual escrevo nesse momento, há consciência da mesa e consciência de ser consciente da mesa. Suponhamos que momentos depois, eu decida reconstituir o momento em que houve consciência da mesa. Posso afirmar que enquanto escrevia tinha consciência da mesa, por meio de sua cor, altura, textura, geometria etc. Mas em nenhum momento seria possível que houvesse uma definição ou modificação da mesa, na estrutura originária, pela atividade reflexionante. Novamente vemos que em nenhum momento a consciência da mesa sendo tema exige um Eu que module sua atividade, que era consciência da mesa e consciência de si, nada mais.

Sartre parte de um exemplo semelhante que o possa afirmar a falta de necessidade de um Eu como ‘habitante’ da consciência, tanto, na consciência irrefletida como na consciência reflexionante, já que a estrutura e dinâmica da atividade da consciência se repetem.

O cogito como uma consciência que põe outra consciência não precisa de um Eu em sua estrutura, diferentemente do que acontece em Descartes e Husserl, e é justamente a ausência do Eu na estrutura da consciência do segundo grau que lhe garante a permanência da objetividade.

(...) É mesmo evidente que foi por ter acreditado que Eu e penso estão no mesmo plano que Descartes passou do cogito à idéia de substância pensante. Vimos há pouco que Husserl, se bem que mais sutilmente, cai no fundo na mesma falta. (Sartre, 1994, p. 53).

Após entendermos a estrutura da consciência de primeiro grau ou irrefletida e da consciência de segundo grau ou reflexionante e vemos que não há a necessidade de um Eu que ‘habite e opere’ na dinâmica da consciência em ambos os casos, surgem algumas questões: Há um Eu que module a atividade da consciência em algum grau? Onde habitaria

esse Eu? Seguiremos o exame respeitando o movimento do texto de Sartre, onde o filósofo apresenta-nos a configuração dos objetos transcendentais e conseqüentemente o pólo desses objetos, o ego transcendente.

Os estados, ações e qualidades.

Sartre afirma,

O ego não é, diretamente, unidade das consciências refletidas. Existe uma unidade imanente destas consciências: é o fluxo da consciência que se constitui ele mesmo como unidade dele mesmo – e uma unidade transcendente: os estados e as ações. O ego é unidade dos estados e das ações – facultativamente, das qualidades. Ele é unidade das unidades transcendentais e é ele mesmo transcendente. (Sartre, 1994, p. 59).

Sartre inicia a segunda parte da *Transcendência do Ego* apresentando-nos o ego como unidade de unidades transcendentais, daí decorre sua condição também transcendente. Se o ego se configura como unidade de objetos transcendentais, o entendimento de tal unidade se dá por meio da compreensão de suas “partes”, os estados, ações e qualidades. Vejamos primeiro os estados por meio de um exemplo.

Suponhamos que você esteja em um parque e uma criança se aproxime de você, por diversas razões, a criança se mostra adorável e após esses atos de afeto você enuncia – acho essa criança graciosa – Sartre diria que a consciência que possibilitou tal enunciado não extrapolou a relação visado-apreendido, ou seja, se chamarmos a consciência que possibilitou o enunciado acima de uma consciência particular, poderíamos dizer que a reflexão indicada no enunciado não transpôs o apresentado na atividade da consciência particular.

Suponhamos agora a mesma situação, só que você ao invés do enunciado apresentado no parágrafo anterior profere a seguinte frase:

– Eu amo aquela criança –

A consciência particular que antecedeu tal enunciado não permite a afirmação acima. Teríamos aqui uma consciência reflexiva onde o visado extrapola o apreendido, já que o ato de amar pressupõe consciências passadas e, de certa maneira, permanência (consciências futuras sendo engajadas). Não amamos uma pessoa instantaneamente por meio de um vívido particular. A atividade da consciência não se dá no que Sartre chama de estados (amor, ódio, raiva etc). Os estados dão a impressão, embora falsa, de unificar consciências. No exemplo acima, as diversas consciências de afeto e carinho que a pessoa

teria com a criança seriam unificadas no enunciado – eu amo essa criança – Mas o estado se coloca para além da consciência, não sendo atividade da consciência. O amor que a pessoa sente pela criança não se reduz ao vívido particular (um momento de afeto ou gracejo), ou seja, seu ser não se reduz ao seu aparecer, na verdade o estado “rompe” com a relação visado-apreendido. O amor se faz presente em cada vívido de carinho diante da criança, mas o estado permanece. É como se em cada consciência particular aparecesse um perfil de um objeto que é em sua própria constituição transcendente, está além da atividade da consciência. Vejamos a maneira que Sartre apresenta o tema:

Eu vejo Pedro, sinto uma profunda perturbação de repulsão e de cólera ao vê-lo (estou já no plano reflexivo): a perturbação é consciência. Não posso enganar-me quando digo: experimento neste momento uma violenta repulsão por Pedro. Mas o ódio é esta experiência de repulsão? Evidentemente que não. Ele não se dá, para além disso, como tal. Com efeito, odeio Pedro há muito e penso que o odiarei sempre. (Sartre, 1994, p. 59).

Podemos perceber que o pressuposto de que o ódio por Pedro permaneça indica um salto na atividade da consciência particular, já que pela definição de consciência ela se esgota em sua própria atividade. Com o “rompimento” da relação ser-aparecer perde-se qualquer nexos na passagem da repulsa para o ódio, a atividade da consciência não dá conta dessa passagem. Por isso, Sartre dirá ser algo mágico.

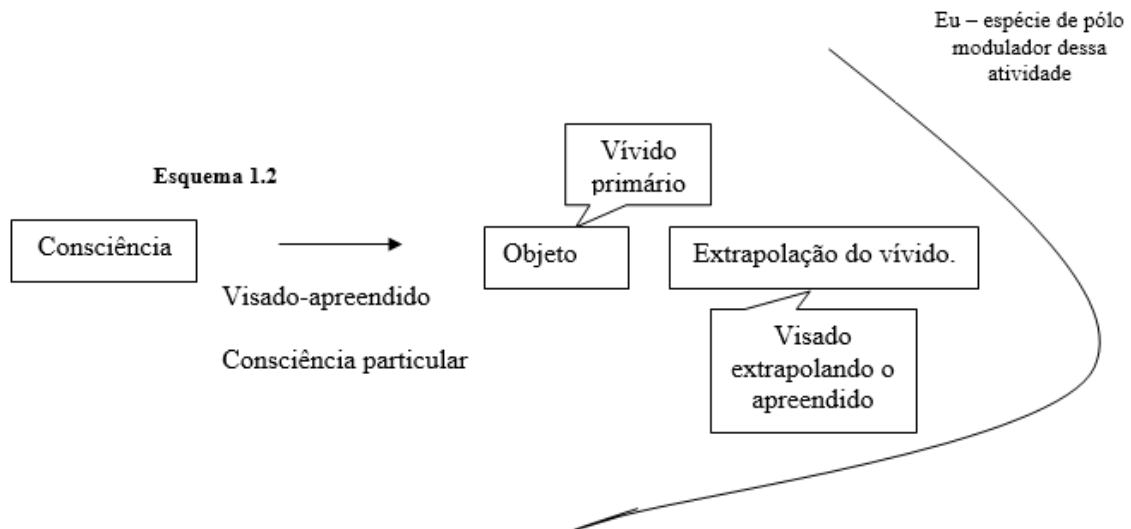
Reconhecemos de bom grado que a relação do ódio ao vívido particular de repulsão não é lógica. É um laço mágico, certamente. (Sartre, 1994, p. 62).

No entanto, não temos dúvida que amamos e odiamos, enfim, os estados são reais, embora carregue em sua estrutura formadora o caráter da dubitabilidade. Temos na configuração dos estados, estabelecido uma relação entre objetividade e dubitabilidade, já que os estados são reais e dúbios ao mesmo tempo. Sartre distinguiu a reflexão pura como aquela que se esgota no vívido particular e a reflexão impura como aquela que extrapola a relação do visado-apreendido.

Temos aqui uma característica importante para compreendermos a transcendência dos estados, sua dubitabilidade, já que o estado não se dá na estrutura da consciência, está fora de sua atividade, enquanto que na consciência particular não há dúvida, sua certeza é dada imediatamente e de maneira clara na própria atividade da consciência.

Se os estados estão fora da estrutura da consciência, para além dela, o que seria modulador de tal atividade? Por que odiamos e amamos alguém? Temos agora a base para

entendermos a configuração do Eu como pólo de tal atividade. Tentemos entender melhor pelo esquema 1.2:



Se lembrarmos a definição de consciência em Husserl e que Sartre se apropria posteriormente, veremos que a consciência é somente consciência de algo e consciência de si, em oposição a visão do psicologismo do final do Século XIX que via a consciência como uma região, provida de espacialidade, por meio do qual os objetos do mundo a “preenchem”. Observamos isso no movimento do texto quando Sartre diz:

“(…) todos os resultados da fenomenologia ameaçam entrar em ruína se o Eu não é, do mesmo modo que o mundo, um existente relativo...” (Sartre, 1994, p. 62).

Respondendo às questões postas anteriormente sobre o que modularia os estados e o porquê odiamos, vimos que o Eu aparece como esse pólo de unidade dos estados, agora quanto à gênese desses estados, Sartre irá classificá-los como objetos do plano do psíquico, e por sua vez, objeto de estudo da Psicologia.

Com relação à constituição das ações, Sartre mostra que, assim como os estados, as ações constituem um elemento transcendente. Ações como “dirigir” ou “ler” se dão no mundo das coisas espaço-temporais, mas podemos apontar uma diferença em relação aos estados, que é o fato de as ações perfazerem ações concretas, no plano das coisas, no mundo material. Para dirigir ou ler é necessário tempo para aprender tais ações e temos aqui também a idéia falsa de unificar consciências, bem como, nos estados. Sartre nos alerta para a possível confusão entre estados e ações,

(...) O que engana aqui é que a ação não é simplesmente a unidade noemática de uma corrente de consciência: é também uma realização concreta.” (Sartre, 1994, p. 63).

Como vimos, os estados e ações podem facilmente ser confundidos, muito embora, sejam diferentes. Agora imaginemos a seguinte situação: se direcionamos o ódio que sentimos por alguém a outras pessoas, Sartre dirá que esse estado direcionado a diversas pessoas é reunido em uma qualidade, em nosso exemplo, a qualidade de ser rancoroso. Mas as qualidades não são apenas a reunião de estados, apesar de termos tal impressão. As qualidades são uma espécie de híbrido intermediário entre os estados, ações e o ego. Assim como os estados são um substrato do vívido particular, a qualidade é um substrato dos estados. Em cada estado de ódio referente a um objeto qualquer há como que um perfil dessa qualidade, como quando digo odiar Pedro, há a qualidade de rancoroso que me faz odiá-lo. Assim como os estados e as ações, as qualidades também se encontram em uma disposição do psíquico e o ego seria o pólo de unidade dessas unidades transcendentais, ao que Sartre afirma:

(...) pode existir um intermediário entre estados e ações e o ego: é a qualidade. Ao experimentarmos várias vezes ódio a diferentes pessoas, rancores tenazes ou longas cóleras, nós unificamos essas diversas manifestações intentando numa disposição psíquica para as produzir. Esta disposição psíquica (eu sou muito rancoroso, sou capaz de odiar violentamente, sou colérico) é, naturalmente, mais e outra coisa que um simples termo médio. É um objeto transcendente. (Sartre, 1994, p. 63-64).

Pudemos seguir o movimento da segunda parte do exame de Sartre em que expõe sua tese sobre a configuração da consciência de primeiro e segundo grau e entendermos a constituição dos estados, ações e qualidades. Vimos também que cada um deles são unidades transcendentais, estão para além da atividade da consciência. Não fazem parte de sua estrutura, tanto na consciência irrefletida como na consciência reflexionante. Concluiremos nosso exame apresentando a unidade dessas unidades transcendentais, o ego transcendente.

Conclusão: A constituição do Ego

Na primeira parte do ensaio, Sartre expõe além da definição de consciência, a estrutura da consciência irrefletida e da consciência reflexionante e mostra a não necessidade de um Eu na estrutura da consciência. Na segunda parte vemos a extrapolação do visado em relação ao apreendido e a constituição dos estados, ações e qualidades. O estado aparece por meio da consciência reflexionante, embora, não se esgote em cada vívido particular. Ficamos com a falsa impressão de que os estados unificam consciências, mas o que temos é a constituição dos estados como um substrato da atividade da consciência

reflexionante. Por exemplo, na experiência de repulsa o ódio opera uma espécie de cisão na relação ser-aparecer. A repulsa aparece, enquanto que o ódio é, permanece. O estado acaba assumindo a posição de uma síntese falsa. Vimos também que a constituição dos estados permite objetividade (de fato amamos e odiamos), no entanto, a dubitabilidade é presente.

As ações são semelhantes aos estados, podendo até gerar certa confusão, mas as ações ocorrem no plano das coisas espaço-temporais, perfazem uma realização concreta. Quando entendemos a constituição dos estados e ações, Sartre nos mostra que há um intermediário entre os estados e ações e a unidade dessas unidades transcendentais, ou seja, as qualidades. As qualidades reúnem estados, mas se configuram mesmo como um substrato dos estados, um híbrido.

Vimos que esses objetos transcendentais (estados, ações e qualidades) estão para além da atividade da consciência, logo, quais o estatuto que os define? Sartre mostra-nos o ego como o pólo de unidade dessas unidades transcendentais, portanto, também transcendente. Assim como a dubitabilidade é presente nas unidades transcendentais, o ego também o é. Como dirá Sartre, o Gênio maligno⁴ se estenderia tranquilamente até esse limiar, pois, o ego trás em sua constituição a possibilidade de dúvida, as vezes de falsidade.

Bibliografia.

DESCARTES, R. (1996). *Meditações*. Trad. J. Guinsburg e Bento Prado Junior. São Paulo: Abril Cultural.

HUSSERL, E. (1980). *Investigações Lógicas – Sexta Investigação*. Trad. Zeljko Loparié e Andréia Maria Altino de Campos Loparié. São Paulo: Abril Cultural.

MOUTINHO, L. D. S. (1995). *Sartre: Existencialismo e Liberdade*. São Paulo: Moderna.

SARTRE, J. P. (1994). *A Transcendência do Ego*. Trad. Pedro M. S. Alves. São Paulo: Colibri.

_____. (2008). *A Imaginação*. Trad. Paulo Neves. Porto Alegre: L&PM Pocket.

⁴ Alusão à primeira meditação em que Descartes enuncia a possibilidade de um gênio maligno enganá-lo, fazendo-o crer na realidade objetiva do mundo quando a mesma não passaria de ilusões. (Descartes, 1996).